
A minha barragem – uma experiência colonial

Lurdes Pequito
Formação

Numa tarde de março dirijo-me à pastelaria A Mexicana, à praça de Londres, em Lisboa, para fazer uma entrevista sobre barragens. O tema vem na sequência de uma investigação em curso, onde o nome de um certo engenheiro surge entre os protagonistas na construção dos aproveitamentos hidroelétricos no Douro Internacional, anos 1950.

O encontro é no espaço interior do estabelecimento. Fundada em 1946, esta pastelaria é frequentada na sua maioria por pessoas que moram naquela zona, com uma esplanada onde se observa o movimento da praça, se fala de política e se lê o jornal.

O meu engenheiro daquela tarde chama-se Fausto Costa. Quando chego, espera-me sentado a uma mesa, perto do painel cerâmico de Querubim Lapa *A Mexicana* corresponde às tendências expressionistas no seio do movimento moderno português. É neste enquadramento que nos cumprimentamos, explico a razão de ser deste encontro, peço um café. À hora do lanche toma-se chá com *scones* ou panquecas com doce, especialidades da pastelaria.

Pergunto-lhe como se ligou à construção de barragens. A conversa flui, evocando momentos importantes da sua carreira profissional, que começa com a construção da barragem da Tourega, perto de Évora, para se prolongar na construção de outras: Cabril, Bouçã, Miranda, Chicamba.

Vou tomando notas sobre o conjunto das obras em que se envolveu, das viagens e das mudanças de casa, de instalações e de equipas. Uma vida dedicada às barragens, 19 anos em aproveitamentos hidráulicos e outros 19 ao serviço da EDP, em cargos de gestão. Apercebo-me da complexidade que representa esta deslocação: contextos sociais diferentes, condições de trabalho também diferentes.

Refere-me factos que espelham as contradições do país e as assimetrias entre uma população

nómada que se desloca de obra em obra, seguindo os locais onde há trabalho, e uma equipa técnica especializada, que dirige os estaleiros das barragens. Tarefas que não são só de natureza técnica, mas também intersubjetiva, lidando com as emoções e os lugares, a paisagem e as pessoas.

Decido seguir o caminho deste engenheiro, formado no Instituto Superior Técnico, onde também se formaram os filhos e os netos. Aspeto interessante, que me leva a querer observar as diferenças entre o contexto da sua formação e o das gerações seguintes.

Passam duas horas num instante. Os episódios contados evocam uma riqueza e vivências que me levam a pedir outra entrevista. Proposta aceite, desta vez em sua casa.

As três entrevistas gravadas em que agora me vou basear, decorrem no escritório do seu apartamento, que mantém as características do plano inicial: três zonas, a primeira de serviços, a segunda social, a terceira privada. É portanto à segunda área da casa que me dirijo, conduzida pela empregada, e é aí que decorrem as três entrevistas, entre março e junho de 2010.

Nascido em Tavira, filho de um armador da pesca do atum, conclui o ensino secundário no liceu de Faro e ruma a Lisboa, para frequentar o Instituto Superior Técnico.

Em 1951, depois de se formar, volta ao lugar onde nasceu, para explicar aos pais a sua intenção de exercer a atividade profissional em Lisboa. Relata-o a mim nestes termos:

Passo dois meses em Lisboa, em várias tentativas de arranjar algum trabalho sem nada conseguir. Morava num quarto alugado na praça de Londres e ia comer à cantina do Técnico; aí recebi de um colega a seguinte informação:

–Olha, o engº Rebelo Pinto (que tinha sido

meu professor de topografia e de estradas) quer falar contigo. Parece-me que é algo relacionado com o Alentejo, mas não me deu pormenores.

Fui ao Técnico, encontrei-me com o professor que me disse:

– Estamos a iniciar um projeto meu para um proprietário alentejano, de uma barragem de alvenaria, numa região a dez quilómetros de Évora; se quiser, tem lá uma vaga. Esteve lá um engenheiro técnico durante dois ou três meses, mas não ficámos satisfeitos com ele. Lembrei-me de procurar um engenheiro recém-formado e pensei em si.

Mais tarde, quando começámos a ter convivência e a sermos amigos, perguntei-lhe:

– Porque se lembrou de mim? Não fui o seu melhor aluno. Nas suas cadeiras devia estar em quarto ou em quinto lugar.

– Olhe: primeiro, foi meu aluno; segundo, apreciei-o durante a excursão.

No fim do curso havia uma excursão; pedíamos sempre apoio monetário às empresas da especialidade, o que nos permitiu passar um mês em Espanha. Percorremos muitas zonas deste país com contatos prévios feitos com diversas organizações, oficiais e particulares, para visitas de estudo. Foi interessante sob o ponto de vista técnico e turístico. O eng^o Rebelo Pinto era o professor que acompanhava os alunos.

– Apreciei-o durante a excursão e achei que tinha mostrado interesse, destacava-se nas perguntas que fazia e além disso tinha uma outra qualidade: era da província. Tenho experiência disso e sei que os rapazes da província quando jovens lidam com gente de todas as classes sociais.

No meu caso era verdade. As brincadeiras, os joelhos feridos, os pontapés entre uns e outros, em resumo, todo o tipo de relacionamento era muito diferente do que se passava com os rapazes de Lisboa, que tinham outro tipo de vida, mais alheados desses hábitos provincianos, e portanto, isso também contou, o cargo era para dirigir pessoas de extrema pobreza. Acrescento que efetivamente a grande maioria dos alentejanos vivia quase em regime de dependência total dos patrões.

Os filhos crescem e estudam em Lisboa, também no Técnico. E os netos. Em cada geração muda a vivência universitária e os desafios da engenharia. Um dos filhos regressa ao Algarve. Pedir-lhe-á, a certa altura, um artigo sobre a pesca do atum. As proporções do artigo ganham a dimensão de um livro, escrito a pensar no pai. Reparo na comoção com que fala do pai, apesar de o seu caminho profissional se ter afastado noutra direção. Por cima da sua secretária, um quadro representa um atum e existe um diploma obtido na pesca desportiva. Sorri sempre que fala desse filho que escolheu o Algarve e o mar.

Tenho quatro exemplos como oportunamente lhe referi: além dos três formados há um neto que também está a frequentar o Técnico. As três gerações formaram-se em engenharia civil e o neto estudante também está nesta especialidade. Sou eu que inicio, seguindo-se o meu filho sénior e depois o neto de mais idade que depois de formado e carteira profissional obtida se fixou na Holanda, em Haia, numa multinacional de grandes dimensões.

Na minha época a engenharia tinha uma cotação profissional que hoje já não tem devido à quantidade de licenciados que as faculdades põem cá fora todos os anos.

Conversávamos nós, eu e o meu filho, a propósito do neto atual estudante, confirmando que o curso de engenharia hoje não tem projeção, nem interesse como tinha no meu tempo. Nessa altura, o curso de engenharia civil era uma garantia de trabalho, embora não fosse demasiadamente fácil a colocação. No entanto, em poucos meses se solucionava esse desiderato. Desde que se arranjasse, e arranjava-se sempre, estava assegurado o futuro da pessoa no mesmo serviço ou mudando consoante a conveniência mútua. O engenheiro podia seguir uma carreira profissional muito estável, eu sempre tive essa propensão, ou preferia ser mais liberal e singrar na atividade profissional, consoante o grau de experiência e a vontade de mudança.

No Técnico, há cursos de muita mais-valia sob o ponto de vista de qualidade técnica, em termos do momento que o mundo vive

e do que as empresas de topo necessitam. As altas tecnologias, as eletrónicas, as informáticas e a investigação constituem um mundo mais sofisticado e necessário à sociedade a que os alunos se podem dedicar no Técnico, como em outras faculdades, com muito mais projeção futura cá ou lá fora. Agora, a maior parte até, dada a situação grave que o país atravessa tem mais possibilidade de conseguir emprego no estrangeiro do que no país.

O meu filho teve uma vida semelhante à minha, estabilizada, quer dizer pouco tempo depois de formado foi convidado para uma empresa, passando pouco depois para outra, onde singrou e ainda se mantém.

Ele formou-se em que ano?

Em 1978. Viveu o período da perseguição da PIDE aos estudantes. Passou momentos difícilísimos, de invasão da polícia à coronhada a toda a gente que encontrava pela frente. Uma vez dirigida aos próprios estudantes, outras ao pessoal do Instituto Nacional de Estatística, que era e é vizinho do Técnico. No tempo do meu filho não havia obstáculos à admissão.

Tiveram professores comuns? Falavam sobre isso?

Os professores mudaram muito. Poderá ter havido alguns, mas poucos. Tive um assistente de cálculo diferencial, que veio a ser meu colega na Hidroelétrica do Zêzere, que foi também assistente do meu filho. O professor de estradas que depois me convidou para ir trabalhar para o Alentejo, também continuou a ser professor durante largos anos. Não me recordo se terá sido professor dele, até porque a constituição dos cursos mudou ao longo dos anos. Quando o meu filho entra no Técnico, eu já tinha quase 20 anos de formatura, tendo terminado o meu périplo pelas barragens e estabilizado em Lisboa.

A maneira de ensinar era diferente da sua geração para a do seu filho? As aulas, os laboratórios ...

Sim. Devo dizer que eu conversava bastante com colegas e amigos que estavam na Faculdade de Engenharia do Porto, e realmente

conclui que a qualidade de ensino da Faculdade do Porto era igual à do Técnico.

Havia professores meus que já vinham da velha guarda entrando para professor por convite. Mais tarde passaram a ser feitos concursos para lecionar certas disciplinas. Há uma certa transição para o meu filho. Em termos de qualidade não sou capaz de lhe dizer grande coisa, embora tivesse a percepção de acentuadas melhorias no tempo dele. Acompanhava-o, e o que ia sabendo resultava do dia-a-dia da sua vida, estudando com colegas. Às vezes também me juntava a eles só para ouvir qual a matéria em estudo. Reconheço que foi um curso difícil para ele também. Não havia os inconvenientes que havia no meu tempo: quem chumbasse a uma cadeira, perdia o ano e era obrigado a repeti-lo só com uma cadeira. Isto afetou-me porque fui apanhado numa situação destas e até injustamente ...

No tempo do meu filho já não era por anos, mas sim por semestres podendo-se passar deixando cadeiras para trás. Com o meu neto passou-se o mesmo, mantendo a possibilidade de poder deixar disciplinas para trás, na certeza porém de que não teriam o curso concluído, enquanto essas cadeiras não fossem feitas. Procedimento idêntico sucede agora no curso do meu outro neto. Se concordar não avanço mais na definição do que seria melhor ou pior no ensino do Técnico, porque a evolução desta enorme componente social é sustentada pelas alterações que se deram em todas as áreas do conhecimento no período de mais de 50 anos que medeiam entre o meu ingresso no Técnico e o início da frequência do meu segundo neto.

Recordo a evolução dos centros de investigação internacionais, inclusive em Portugal, que conduziram ao avanço extraordinário das atividades tecnológicas e científicas com particular destaque para a evolução alcançada na pesquisa no espaço, bem como para a produção de energia elétrica limpa, em detrimento do recurso aos combustíveis fósseis, bem como as inúmeras formas de investigação com aplicação direta no dia-a-dia. Em suma, o progresso da ciência, da cultura e de todas as componentes sociais,

também tem originado mudanças no ensino bem traduzidas na evolução / simplificação dos cursos do Técnico. Não se pense em facilitismo nas matérias de estudo e forma de ensino, porque os cursos agora são muito mais evoluídos e estão mais adaptados à atualidade com grau de dificuldade grande.

Não resisto em lhe referir a forma evolutiva dos cursos no Técnico. Estou a pensar no meu neto que trabalha na Holanda. O seu primeiro emprego lá foi numa empresa de cotação mundial na área dos pipelines. Só permaneceu seis meses nesta empresa, período do contrato, porque não encontrava aliciente na monotonia do trabalho. Admirando-me eu, por o ver dominar uma matéria que nunca fora abordada no meu tempo e particularmente na área da engenharia civil, disse-me que estudara a matéria no Técnico a este respeito, não sendo novidade o trabalho que fazia! Candidatou-se à empresa atual, que se dedica a reconhecimentos geológicos para efeitos de localização das plataformas de pesquisa de petróleo. Nesta matéria é a maior empresa do mundo, originando frequentes deslocações para as diversas zonas de prospeção: Arábia Saudita, Dinamarca, Egito, Brasil, Angola, etc. A empresa possui navios próprios espalhados pelos mares, com laboratórios sofisticados para o fim em vista. Sente-se como peixe na água!

Que pensará ele sobre esta questão da BP. Conversaram sobre isto?

Não, por acaso não tenho falado sobre isso. Mas todos nós temos opinião. É uma vergonha a atuação da BP, empresa inglesa que, apesar do nome e do prestígio que tinha, evidenciou uma total desorganização e falta de equipamento e conhecimentos técnicos que permitissem solucionar em tempo útil o fracasso havido. Além do mais, soube-se que os tubos utilizados eram de uma fragilidade enorme, impróprios para a profundidade a que se estava a fazer a captação do crude! Uma empresa que se dedica a estas operações tem que possuir soluções para todas as situações de emergência que possam surgir. Estavam incapacitados para solucionar

emergências! Transformaram num caos as águas do golfo do México ... era uma zona de concentração de variadíssimas espécies piscícolas. Tive ocasião de analisar esta particularidade. Não sei se lhe disse que escrevi um livro sobre a pesca do atum, que se captura abundantemente neste golfo.

Nos dois meses antes da conclusão do curso e antes de começar a trabalhar o que se fazia em Lisboa? Como era a Lisboa dos estudantes dessa altura?

Primeiro andei a bater à porta de pessoas conhecidas, procurando saber se pessoas de idade superior à minha, dos tempos do meu pai, com quem eu me dava, me ajudavam: – Conhece alguém que tenha a possibilidade de me arranjar um emprego?

Ainda me lembra de ir à SACOR falar com o presidente da empresa, sem qualquer resultado. Fui à entrevista por intermédio de um indivíduo afeto à União Nacional, um ex-padre, que tinha estado numa aldeia que pertencia ao concelho de Tavira. Era um monárquico todo salazarista e eu não, já tinha ideias democráticas absolutamente opostas à sua ideologia. Mas éramos bons amigos. Lembro-me de um dia, ainda estudante, ter acontecido uma cena interessante.

– Oh, Fausto, eu tenho de ir ali à União Nacional pagar as quotas, não quer vir comigo?

Acompanhei-o! Subimos as escadinhas do Duque e em breve nos pusemos lá. A União Nacional era no largo da Misericórdia, no primeiro andar de um prédio antigo de certo valor arquitetónico. Fomos ao local, ele pagou as quotas, descemos e diz-me:

– Ficamos aqui um bocadinho à porta, a apreciar o movimento.

Assim sucedeu, ali ficámos, íamos conversando e vendo o movimento. Passados uns longos minutos, diz-me ele:

– Pronto, já estivemos aqui um quarto de hora; não acredito que neste período não tenha passado por aqui alguém que o conheça! As pessoas vão ficar com a ideia de que você esteve na União Nacional.

– Isso não me afeta nada, não se preocupe

com isso. Quando quiser vir mais vezes diga, que eu venho consigo e ficamos um quarto de hora ou meia hora à porta. Enfim, eram brincadeiras, talvez com alguma intencionalidade malévola!

A Lisboa dos estudantes dessa altura, como me pergunta, era uma cidade atrasada, querendo parecer moderna, que vivia na tal paz podre de que lhe falei antes. Havia sempre no ar um medo disfarçado com receio de se falar com amigos sobre os problemas candentes da época, podia alguém escutar-nos! Era uma Lisboa refreada, como aliás todo o país, com censura declarada em que as escolas de formação de professores se tinham fechado anos antes para reduzir o ensino procurando reduzir-se a formação! O analfabetismo dominava a população. Figuradamente era assim como que um caldeirão que podia entrar em fervura e explodir, fazendo saltar a tampa.

Em três gerações o país muda, tal como mudam as exigências e tarefas da engenharia civil. É visível a satisfação com que fala dos rumos profissionais de filhos e netos. De vez em quando ouve-se alguém que passa, e é o neto que agora vive lá em casa. Está atento à mudança, às diferentes características da formação e da profissão. Peço que fale um pouco mais da sua experiência.

A admissão ao Técnico também era extremamente rigorosa. Exigiam-se conhecimentos de qualidade muito superior à obtida no liceu em matemática, física e desenho. Desde logo reconheci que tinha de arranjar um explicador recém-formado para me habilitar às provas. Imagine o que seria darem-nos no exame de desenho uma peça de madeira desmontável e ter de desenhar alçados, cortes e perspectivas de forma a caracterizá-la, quando a minha formação nesta disciplina no liceu terminara no 3º ano. Felizmente, o explicador era bom, preparou-me convenientemente, fiz o exame e consegui passar. Aconteceu em 1944.

O Instituto Superior Técnico era muito diferente nesse tempo.

O campus universitário era constituído por diversos pavilhões de arquitetura e

implantação muito harmoniosas com jardins ocupando todos os espaços livres; era amplo, desafogado, servindo bem a população da época. Com o decorrer dos anos e a explosão do ensino superior, dá-se a invasão das faculdades; o Técnico sofre esse efeito, sendo necessário construir novos pavilhões e, até em dois deles, elevaram-se duas torres de vidro negro, horrorosas no conjunto, mas cuja construção foi autorizada. O engº Duarte Pacheco, se ressuscitasse morreria imediatamente! Compreendo que o aumento de população estudantil e até a criação de outras atividades inclusive de investigação, obriguem ao desenvolvimento dos espaços ... mas sem ultrapassar os limites da razoabilidade. O destino dos pavilhões era na altura o seguinte: as aulas teóricas e práticas de matemáticas, comuns a diversos cursos davam-se em anfiteatros do pavilhão central; nas restantes dependências deste dá-se a quase totalidade das aulas teóricas e práticas de engenharia civil; só as físicas eram dadas no respetivo pavilhão, idem no tocante à química e noutra pavilhão, as aulas de mineralogia, geologia e minas. Restava o pavilhão de oficinas, onde tínhamos no 1º ano, aulas de carpintaria e serralharia, cuja utilidade nunca cheguei a perceber.

No pavilhão simétrico deste, ficava a associação académica com cantina, salas de jogos diversos, com predomínio para o xadrez, ginásio, piscina, gabinete médico, campo de jogos ao ar livre e no ginásio. Na época, o Técnico era campeão nacional de voleibol e também basquete oficial.

A sua atividade como estudante foi diversificada. Relata o facto de cooperar na elaboração das folhas de hidráulica aplicada, preparadas de acordo com as aulas e com o apoio, sugerido pelo professor, de um livro, que ficou conhecido pelo nome do seu primeiro autor, *Davis*. A sua atividade envolve também a AE. Aí desenvolve ações de resolução dos problemas concretos dos estudantes, e, embora as reuniões nada tivessem de político, eram acompanhadas pela PIDE.

No 5º ano colaborei nalgumas atividades da associação académica, sendo seu vice-presidente no 6º ano. Nesse ano (1950-1951)

começou a criar-se um movimento associativo de relacionamento entre universitários de diversas faculdades, designadamente de Medicina, Letras, Engenharia, Direito e, por vezes, Associação Académica de Coimbra. Foi criada uma Comissão Interassociações, que reunia uma vez por mês. A primeira reunião realizou-se na Faculdade de Medicina, que na altura era no Campo de Santana. Tratávamos os assuntos que interessavam aos estudantes. Posteriormente cada um levava os temas tratados para as suas associações, para apresentarmos na direção e ao diretor da respetiva escola. Só que, cada vez que se fazia uma reunião destas, o diretor dessa escola recebia instruções do ministério respetivo, não autorizando reuniões de alunos de outras escolas. A PIDE estava a funcionar! O representante da Faculdade de Medicina dava-nos a notícia, passávamos a reunião para outra escola, onde sucedia o mesmo. Na quarta reunião, no Técnico, reivindicou-se que a nossa ação não tinha nada de político, sem resultado algum! Depois da reunião coordenada por mim, o diretor recebeu a mesma orientação do ministério das Obras Públicas. No entanto, tomou outra atitude. Chamou-nos e disse:

– Desde já vos digo que podem continuar a fazer as reuniões no Técnico.

E fizemos! Até que a pouco e pouco estas úteis reuniões foram morrendo. As pressões, os problemas, as dificuldades eram tantas, que não dava para repetir.

Não esconde a admiração pela obra de Duarte Pacheco, embora critique o espírito de elite que lhe estava subjacente. Enquanto vamos conversando, transparece nas palavras deste engenheiro um interesse pelas obras e pelas pessoas nelas envolvidas que se demarca dos interesses políticos e das ambições pessoais.

O Técnico antes e na altura era considerado uma escola de elite! No fim dos seis anos de curso havia o baile dos finalistas no salão nobre do pavilhão central em que todos os finalistas tinham de ir de casaca. Os meus pais, que viviam razoavelmente, embora não fossem abastados, tiveram de suportar o custo deste traje completo. Era considerado o baile da elite de Lisboa, onde as

meninas iam à procura dos eventuais futuros esposos. Apesar de já ter quatro anos de namoro com a minha atual mulher, na altura minha namorada, não deixei de me divertir, dançando com as várias caçadoras, sentindo que as mães estavam sempre a ver como decorria a caça ao engenheiro ... Era assim que funcionava!

É deste ambiente de elite que se afasta para a sua primeira obra. Aí será confrontado com uma realidade social muito diferente da que havia vivido como estudante em Lisboa.

Descreve com emoção a situação dos trabalhadores da zona, comovido com a miséria e a fome, contando como a mesma camisa era vestida durante toda a semana, num trabalho mal pago e duro. Por vezes tinha que negar trabalho a quem vinha pedi-lo. O proprietário também não pagava mais. O que podia um engenheiro fazer? Nada. Observava o que comiam num pequeno pote aquecido à hora do almoço, uma água com pequenos pedaços de toucinho, que era o que os alimentava. A esta miséria juntam-se os conflitos na luta pelo trabalho das ceifas, entre alentejanos, algarvios e *ratinhos*.

Um engenheiro tem uma obra para fazer. A responsabilidade na construção da barragem da Tourega, onde é preciso fazer de tudo e se trabalha sem horário, articula-se com a consciência destas desigualdades. Tem muito presentes os almoços das quintas-feiras com o proprietário, desse luxo das criadas que serviam à mesa, de luva branca, fardadas a rigor, um despropósito para quem entra em casa vindo da obra, *de bota grossa*, como me comenta. Tudo isto lembra, quando conta a sua estadia em Évora.

Está sentado num sofá do escritório, um sofá de veludo e de vez em quando hesita sobre o episódio a contar. Fala de um proprietário que violava as filhas dos trabalhadores, que não queria tratores na sua propriedade. Nessa altura, já casado, ia muitas vezes a Évora, convivendo com amigos e observando o lado conservador das pessoas e dos seus hábitos.

Finalizada a obra da Tourega, segue-se a de Cabril e a Bouçã.

Chicamba

Moçambique marcará definitivamente a perspetiva em que a sua vida profissional se situa – consciente das desigualdades sociais, onde o trabalho da obra se torna inseparável da relação com as pessoas. As questões de natureza técnica associam-se às de natureza moral e colocam o engenheiro nas situações mais diversas, gerindo conflitos, regulando comportamentos.

Numa tarde de maio que antecipa a primavera, sento-me numa esplanada em frente da casa onde vou conversar mais um pouco sobre a vida profissional deste engenheiro. A avenida é movimentada, com várias paragens de autocarro e uma entrada do metropolitano a alguns metros. É hora de ponta em Lisboa, mas para os frequentadores do café onde me encontro, o tempo é outro. É a hora do chá e as senhoras ocupam os seus lugares habituais na esplanada. Observam-me, percebem que não sou dali, tal como um ou outro transeunte que passa para tomar café ou um refrigerante. Algumas amigas conversam sobre os netos, os remédios que o médico receitou, as contra-indicações. Ali bem perto um pequeno quiosque vende revistas e tabaco.

À hora combinada subo ao quinto andar. Sento-me no sofá do escritório e volto a reparar no atum representado no quadro que está na parede. Lembro a comoção com que falou do seu pai e do facto de o ter sempre presente no espírito quando escreveu o livro. Na entrevista anterior recordo que o atum ligou o Algarve ao golfo do México. Sei que hoje vamos falar de Moçambique.

Conversamos sobre o desenrolar dos trabalhos e o passar dos dias. A casa está perto do local onde há meio século estudou e do quarto que alugou quando estudante.

Tem uma carreira sempre ligada às barragens ...

É verdade! Sempre ligada às barragens, mas com a possibilidade de conhecer melhor a raça humana, naquilo que de pior e de melhor tem. Devo aliás, dizer-lhe que os 19 anos após a minha formatura foram uma escola de valor incalculável e orgulhoso de muito ter contribuído, neste período, para aplicar e desenvolver ações plenas de

humanismo e valor técnico. Desculpe o desabafo!

Que tem a raça humana de pior?

A maneira de tratar os seus inferiores. Ao ir para África o choque foi grande. Tudo isto foi uma evolução profissional, mas também uma evolução humana extraordinária. Ir para África e assistir a escravatura!, verdadeira, pura, completa ...

Poucos dias depois de ter chegado a Vila Pery com a minha mulher e o primeiro filho de dois anos, sede local da SHER (Sociedade Hidroeléctrica do Revuè) que ficava a cerca de 50 quilómetros do sítio onde se ia construir a barragem, assisti a atos muito violentos! Ver negros com grilhetas passadas, bolas de ferro nas extremidades, a limpar as ervas das calçadas de Vila Pery que hoje se chama Chimoio!

As situações vividas em Moçambique são intensas do ponto de vista emocional e profissional. Fala disso de forma pausada, ora pensativa e com silêncios, ora com indignação. É difícil dizer o que mais o choca, se a ignorância ou a discriminação que observa. Uma vez mais, está ali para a construção da obra com o que isso significa: conhecimento técnico, capacidade de decisão e gestão das emoções, dos conflitos e dos valores.

Soube de imensíssimas ações negativas. Os negros – pretos como lhes chamavam – não tinham acessibilidade ao ensino. Era-lhes proibido a frequência de escolas. Estamos a falar dos anos de 1956 a 1959, período em que estive em Moçambique. Depois da obra concluída e inaugurada tive convites para ficar, mas a minha indignação era tamanha que desejava fugir daquela colónia, como o diabo fuge da cruz, precisamente por tudo o que sabia, que eu tinha visto ou que me tinham contado sobre a maneira como aqueles desgraçados eram tratados.

Para o meu serviço tinha um motorista com carta de condução, o Vasco, bom homem e bom companheiro de caça. Tinha conseguido frequentar uma escola de instrução

primária. Apesar de não ser católico e anteriormente as missões não me dizerem nada, passei a admirá-las porque era lá que efetivamente ensinavam crianças e adultos até à quarta classe, fossem raparigas ou rapazes.

Um parêntesis para referir que nas zonas das missões abundavam mulatos e mulatas, em consequência dos missionários que ensinavam e se aproveitavam das mulheres que lá estavam, enfim ... mas, tudo bem, até porque acho bem que os padres casem. Ali não casavam, viviam com elas, como há muitos casos por cá.

Portanto, quem frequentava as missões obtinha o diploma da quarta classe, que era o máximo que podia alcançar, dali não passando se não fossem brancos. Eram os indígenas assimilados. Todos os outros, os indiferenciados não tinham um mínimo de cultura, nem relações com as pessoas. Porque ninguém procurava dar-lhes uma educação, viviam no mato, sem necessidades; a vida era autenticamente selvagem. Limitavam-se a comer frutos silvestres, alguns peixes que apanhavam por processos rudimentares, milho porque o semeavam e pouco mais. Não eram civilizados, pelo que não reconheciam a necessidade da sua integração social, nem a procura de emprego qualificado, que nem lhes seria fácil de obter. Durante a minha frequência do Técnico não tenho ideia de existirem alunos de raça negra, mas havia alguns indianos com quem fiz amizade.

Indigna-se com esta inacessibilidade ao ensino e à qualificação profissional.

Na obra recordo-me de me chamarem numa determinada altura para ver um trabalhador morto com uma barriga inchadíssima, uma coisa impressionante!

– Mas o que se passou? O que estava ele a fazer? – perguntei.

– Oh, senhor engenheiro, esta gente do Sena, come muita terra!

Fiquei estarecido! A fome levava-os a comer terra, naturalmente por nela poderem encontrar qualquer elemento que os ajudasse a sobreviver.

Quando chegava o crepúsculo, a visão de muitos diminuía. Iam junto do enfermeiro e diziam:

– Patrão, não vê nada! Deixei de ver!

O enfermeiro, já habituado a estas situações, limitava-se a dar-lhes uma colher de óleo de fígado de bacalhau retirado de um cântaro.

Daí a pouco já o negro estava a ver.

– Muito obrigado, agora já vejo!

O efeito da vitamina A contida no óleo compensava a carência deste elemento no organismo, originando a alegria e o agradecimento. Só que o efeito era temporário e a falta de visão voltava pouco tempo depois!

O Estatuto do Indígena elaborado pelo governo português e reconhecido pela ONU era das peças mais completas que imaginar se possa, pela proteção que dava ao negro, que em termos de relacionamento social, educação e alimentação, indicando a dieta diária de carne ou peixe frescos, alimentos vegetais, etc. Mas a realidade era bem diferente, pelo menos na região onde estávamos. A alimentação diária incluía apenas farinha de milho cozida numa panela e peixe seco vindo de Angola, com um cheiro nauseabundo por estar meio estragado. Nenhuma autoridade se interessava em acompanhar o tratamento dos indígenas, inspecionando o cumprimento do estatuto referido ... Se lhe contar todos os infortúnios que envolviam os negros, nunca mais paro.

As pausas que faz entre uma história e a outra mostram como lhe é difícil falar disso. Em 1956, quando aceitou a tarefa de construir a barragem de Chicamba, não era fácil mudar tudo. Convidou a empregada, que já estava ao serviço da sua mulher ainda quando solteira, a ir com eles. Ela aceitou de imediato. Eles vão de avião, ela de barco.

Gostaria de saber o que terá pensado esta empregada nessa longa viagem, o que terá pensado a mulher que o acompanhou nesta saída. Escolho ouvir. Pode contar, é para isso que cá estou!

Quando cheguei a Portugal, depois de um mês em Tavira, tive de regressar a Lisboa com a família para arrumar todos os problemas pendentes internos e com o empreiteiro,

na sede social da SHER. Na altura, apeteci-me escrever um livro sobre a indignação de um português que ouvira dizer que a colonização portuguesa era exemplar, que brancos e negros viviam irmanados! Queria relatar a verdade, o caos ...! Esta ideia desvaneceu-se em pouco tempo perante os conselhos de meu pai, de amigos e pela reflexão que eu próprio fiz sobre as consequências. Seria a destruição da minha vida familiar e profissional, sem interesse para o país.

Registo esta necessidade de escrever um livro, adiada por ponderação das consequências que teria na sua vida familiar e profissional. As barragens que construiu estão lá, produzindo energia. E sempre que pensa no que construiu sente um misto de felicidade e de infelicidade, porque numa obra passa-se de tudo, lida-se com uma diversidade de situações. Acompanho o relato de mais episódios relacionados com a Chicamba.

Outra faceta desagradável tinha a ver com o recrutamento forçado. Tudo começava no governador-geral com residência em Lourenço Marques, hoje Maputo. Tinha um genro encarregado de disseminar por toda a estrutura administrativa, instruções no sentido de angariar negros. Era preciso mão-de-obra para satisfazer os proprietários brancos, a tropa, as minas de ouro da África do Sul ... Por exemplo, o empreiteiro da obra que eu dirigia pedia uma determinada quantidade de trabalhadores ao chefe de posto – equivalente ao presidente da junta de freguesia, mas com poderes policiais acrescidos. Este transmitia o pedido ao administrador – equivalente a presidente de câmara – de Vila Pery que, por sua vez, ordenava ao angariador – um negro civil branco – que era acompanhado de uns quantos cipaios, polícias negros, para a satisfação do pedido.

Voltando aos assimilados, estes já conseguiam ter uma profissão melhor, sendo reconhecidos para empregos de alguma qualificação, como motoristas, administrativos, operários, etc. No entanto estes trabalhadores não eram bem olhados nem por brancos, nem por negros.

Das vezes que fui a Moçambique, em serviço da EDP, – portanto depois da independência das colónias – tive pena de não ter possibilidade de me levarem ao local, à minha barragem, como eu lhe chamava. Estava programado que após a minha estadia na Beira, lá iria de helicóptero; mas quando cheguei, disseram-me:

– Senhor engenheiro, o programa que estava previsto, tem de ser eliminado, porque a zona da barragem está cercada pela Renamo. De maneira que não há possibilidade de lá ir.

Tive imensa pena porque gostava de voltar à minha barragem, recordar um passado pouco risonho e voltar a ver o meu amigo Vasco, que me esperava!

Voltando ao recrutamento de mão-de-obra, falemos sobre a forma como esses trabalhadores eram angariados. Uns quantos cipaios cercavam uma aldeia, funcionando como uma rede. Todos os que eram apanhados eram presos. Vinham para a administração, eram espancados, seguindo para os empresários que os pretendiam. A maior quantidade, milhares, resultante deste aprisionamento era encaminhada para as minas de ouro da África do Sul, onde muitos morriam com silicose, já que não existiam ações de segurança. No seguimento de outras rusgas, o seu destino era a tropa. Verificava-se muitas vezes que eram levados para o serviço militar idosos já com dificuldades de prestar qualquer serviço, sucedendo que os mesmos indivíduos eram capturados várias vezes, desde que estivessem na aldeia!

O diretor do empreiteiro contou-me que um dia lhe apareceram dois trabalhadores indiferenciados pedindo licença para conduzir camions: “

– Mas como querem conduzir camions se vocês são indiferenciados?

– Não, não somos, senhor engenheiro, nós temos aqui as nossas cartas de condução. Fomos apanhados numa rusga que fizeram na nossa aldeia, numa altura em que lá estávamos. Por mais que provássemos, não quiseram saber disso, mandaram-nos como indiferenciados!

– *Então, passam a trabalhar como motoristas e ganham como tal.*

Outro tipo de maus-tratos a que nunca assisti, mas que sei serem verdadeiros. Os negros tinham a sua aldeia junto da obra, constituída por palhotas, por si construídas. Ali viviam fora das horas de trabalho, com cipaios para os vigiar. Uma palhota era a cadeia destinada à retenção de indígenas que se comportassem mal, uns com os outros. Eles eram autênticas crianças, no seu comportamento sob o ponto de vista intelectual. Um roubava o canivete ao outro, por exemplo, ou zangavam-se e batiam um no outro. O cipaiio prendia todos os que praticassem estes distúrbios.

Uma vez por mês o administrador ia à barragem e pedia aos cipaios que lá estavam de serviço que pusessem na sua frente todos os presos. O administrador tinha um cabo, também cipaiio – o cabo Chico – uma figura esquisita. Um matulão enormíssimo, com uma voz efeminada, finíssima, era o contraste da figura. O administrador falava só em português, mesmo que ele conhecesse a língua indígena. Dizia para o cabo Chico:

– Oh Chico, pergunta lá a esse gente (era a designação normal entre os negros), porque roubou o canivete?

E o Chico traduzia e dizia. O negro respondia:

– Roubei o canivete porque precisava de cortar ou precisava de fazer, ou porque o queria ter – enfim, dava uma justificação qualquer. O cabo Chico revertia para português, para o administrador.

– Então, diz lá se ele não sabe que é feio roubar! – e dava ao prevaricador uma lição de moral. E prosseguia:

– Portanto como ele fez isso, Chico, vais-lhe dar-lhe cinco reguadas em cada mão.

E o Chico assim procedia com a força adequada à dimensão do seu corpo. Ao fim das cinco reguadas o negro encolhia-se, coitado, e recebia-as.

– Oh, Chico, ele não chorou – dizia o administrador.

– Então, é porque não lhe doeu; dá-lhe agora dez em cada mão!

E o Chico traduzia a sentença do

administrador e dava as dez reguadas em cada mão. Como o Chico tinha traduzido o castigo, o indígena, ou porque já tinha as mãos muito doridas, ou porque achava que era conveniente chorar, chorava. E o administrador dizia:

– Oh, Chico, ele agora está a chorar! Mas está-se mesmo a ver que é porque eu disse que ele não tinha chorado. Então agora vais dar-lhe mais dez reguadas para ele deixar de chorar.

E este diálogo revoltante entre administrador, o Chico e o desgraçado do negro, era mantido até que o pobre homem com as mãos em sangue as punha no chão com as palmas para baixo e colocava os pés em cima das mãos para sentir o frescor da terra e aliviar as dores que tinha. Seguia-se a mesma tortura com outro, e assim sucessivamente.

Quando chegava ao fim:

– Agora vão-se lá embora – lá iam para a cadeia mais uns dias.

Era assim que os negros eram tratados.

Os indiferenciados tinham um contrato, digamos que era um processo correto. Possuíam uma caderneta, onde estava registado o nome a data de início do trabalho, autenticado pela entidade patronal que o recebia. Os contratos eram de seis meses ou de um ano, por determinação do chefe de posto. Quando se acabava, o que era registado na caderneta pelo ex-patrão, era uma satisfação enorme para eles. Estou a ver a cena: os indivíduos com uma cana grande, com uma camisa na extremidade, e lá saíam em procissão arengando as suas cantigas pela estrada fora, manifestando alegria por voltarem à sua terra.

Só depois vim a saber – estas coisas era o Vasco, o meu motorista que mas contava – que uns cipaios dispostos na estrada interceptavam a marcha dos trabalhadores. De uma carrinha fechada escondida no capim, saía o negreiro que os interpelava:

– Então, onde é que vocês vão?

– Acabou o contrato, patrão, agora vamos estar com a família.

– Acabou o contrato já?

– Acabou, acabou!

– Então mostrem lá as cadernetas!

Todos davam as cadernetas para ele ver. Maldosamente a atitude destes criminosos era:

– *Mas as cadernetas estão falsificadas, vocês não acabaram nada o contrato. Vocês são uns mentirosos!*

Ato contínuo rasgava as cadernetas dos desgraçados, mandava-os meter dentro da carinha, iam para a administração, onde eram espancados e ficavam presos até serem levados para outro contrato, onde iriam trabalhar mais seis meses ou um ano!

Acrescento que estes procedimentos maquiavélicos não eram só por ódio aos indígenas. Os encargos que advinham para a entidade patronal eram repartidos pelo administrador, chefe de posto e angariador – negreiro de mão de obra – para além dos cabecilhas localizados na capital deverem também ter a sua parte para além das verbas que extorquiam a todos que a eles recorriam.

Os trabalhadores indiferenciados tinham uma remuneração mensal fixada pelas autoridades. Com eles ficava apenas uma pequena quantia, sendo o valor mensal restante enviado para a administração que ficava incumbida de enviar esta parcela para o administrador do local de origem do trabalhador, para prover ao sustento da família. Que procedimento elogiável! Só que ninguém acreditava no seguimento desta regra, o que os próprios indígenas confirmavam, quando o sabiam.

Apesar de tudo o que passaram, aquela gente tinha grande admiração por nós. O Vasco perguntava-me:

– *Senhor engenheiro, sabe como nós chamamos aos brancos? O branco da África do Sul é o mabundo*

– *O que isso quer dizer?*

– *Quer dizer que é como se fosse negro, mas que tivesse a pele branca, não merecendo consideração especial. Aos outros brancos, chamamos ingêrês.*

Esta designação é aplicada aos ingleses. Estes colonizadores da Rodésia, hoje Zimbábue, davam educação aos negros, assim como na África do Sul, contrariamente ao que se passava em Moçambique, mas praticavam

um racismo deplorável, marginalizando-os. Daí a designação que lhes davam, sinónimo de merecerem pouca consideração.

– *E os portugueses brancos?*

E o Vasco dizia:

– *Esses são mezungos*

– *O que é mezungo?"*

– *Mezungo é senhor! Portanto ingêrês quer dizer que reconhecemos que têm mais qualidade, mas também não lhes ligamos muito. Agora ao mezungo, respeitamo-lo.*

– *Então, diz-me como diferencias a minha posição, que sou chefe da obra, do pedreiro branco, por exemplo?*

– *Ah, esse é mezungo pequeno e o senhor engenheiro é mezungo grande.*

Está a ver, apesar do mal que lhes faziam tinham essa admiração pelos portugueses. Isto porque o inglês não se aproximava de uma negra, ao passo que o português juntava-se às negras, conviviam naturalmente fazendo-lhes filhos, para além dos mais evoluídos que respeitavam a raça, exceção feita aos velhos colonos que também os maltratavam.

Tive um caso de um operário especializado que convidei para ir para lá, para o laboratório, que tinha estado comigo no Cabril e na Bouçã. Pouco tempo depois de lá chegar já estava amancebado com uma negra. Procurei dissuadi-lo porque tinha mulher e filhos em Portugal, mas não serviu de nada. Os portugueses tinham este procedimento que os fazia aproximar dos negros. Os piores brancos para os negros eram os portugueses que trabalhavam na obra em lugares inferiores, chamemos-lhes de classe social mais baixa, os trabalhadores indiferenciados brancos que chegavam lá e viam que havia alguém abaixo deles, e talvez por se sentirem superiores mais batiam nos negros.

A experiência vivida em Moçambique ilustra um aspeto do Portugal colonial e o seu contexto. As condições de trabalho e escravatura a que assiste não são novidade (Vail 1976 p. 416). Entre 1890 e 1930 as grandes companhias haviam falhado no desenvolvimento, criando estruturas económicas distorcidas e acentuado a exploração da população local. Este panorama de

desolação e pobreza é já anterior a 1919 (Vail 1976 p. 402). Na primeira metade do século XIX o sistema político dominante no Zambéze criou um vazio de poder, com a consequente proliferação de estados militares, que dominaram durante a segunda metade desse século, como consequência de acederem às armas europeias. Em resultado disto surgiram os chamados impérios secundários (Isaacmann 1976 p. 23) não controlados pelo poder europeu. Estes estados secundários impuseram-se pela força aos chefes locais, vivendo da exportação de mão de obra, ignorando a abolição da escravatura.

Em 1917, os custos da ordem colonial eram pesados para os povos do Zambéze, a exportação compulsiva de gente, a separação das famílias, a violação das suas instituições e valores.

A resistência ao colonizador acontecia por confrontos em pequena escala, desfavoráveis aos africanos. As técnicas para minimizar a violência dos trabalhos forçados incluíam a ignorância dos regulamentos, a fuga aos cobradores de impostos.

Em *The Tradition of Resistance in Mozambique* Isaacmann (1976) dá conta da história da resistência em Moçambique, notando a existência de alianças anticoloniais entre 1884 e 1904, em que os líderes religiosos também desempenharam um papel importante nas rebeliões. Desde 1917 que se verifica existirem movimentos de guerrilha como forma alternativa de resistência. A rebelião de Bárue expressa uma consciência zambeziana forte. As práticas de miscigenação não refletem a tolerância racial, mas as necessidades demográficas da sociedade colonial (Isaacman 1976 p. 187).

Esta estrutura social baseada no desrespeito pela população nativa leva à sua recusa em continuar a trabalhar na colónia. Vive uma vida de contrastes, matizada pelos momentos de convívio que tornam a existência suportável.

A autoridade do engenheiro também se exerce contra a mentalidade intolerante dos técnicos que trabalham na obra. A discriminação existe em várias frentes, em vários contextos: o marido e a mulher, o proprietário e o trabalhador, o administrador e os negros recrutados.

Uma obra que não é só um exercício de técnica e de engenharia. É uma aprendizagem na natureza humana, das suas solidariedades e

conflitos, do *bicho homem*, como refere, nas múltiplas situações em que é chamado a desempenhar os diferentes papéis que a obra e as pessoas que constroem a obra exigem.

A realização de obra transporta sofrimento e felicidade, um misto de sentimentos que cabem todos na mala feita, que se repetirão em outras obras, outros contextos, outras pessoas. Um nó-mada, pois. Um engenheiro que chega como um estranho e se torna parte de uma família.

A carreira profissional incorpora as ações sobre segurança no trabalho, a responsabilidade pelas famílias que habitam os bairros construídos para a obra, onde é chamado a desempenhar diversas tarefas: harmonizar casais desavindos; negociar deslocções de populações afetadas pela obra; interagir com os diferentes tipos de interesses envolvidos.

À obra acabada, segue-se outra, noutro lugar, noutro contexto, mas na bagagem também vão os mortos, os acidentes, tudo o que não conseguiu salvar, tudo o que salvou, também.

Estamos em junho quando volto àquele escritório. Quero saber o que se sente depois da obra feita e de tanto caminho percorrido e compreendo nos silêncios que faz de vez em quando, que a história de uma vida não se conta assim de uma só vez.

É um homem decidido, este que fala. O exercício da autoridade vê-se no modo como descreve episódios relacionados com a segurança dos seus trabalhadores. Não é de dirigir de longe. Vai às casas, ouve as queixas, e quando dá uma ordem assegura-se de que seja cumprida. Não o incomoda o facto de os ministros não poderem presenciar sempre a obra acabada. Os imprevistos são mostrados ao ministro com a mesma naturalidade com que diz à mulher do seu trabalhador que a ouvirá, e ao marido também.

É sempre preciso fazer alguma coisa. Providenciar alojamento, verificar as condições em que vivem e como se alimentam os trabalhadores. Cuidar das crianças e da sua escolaridade. Por vezes atinge estados de exaustão, quando o que é preciso fazer excede o tempo de um dia. Compreendo a importância de dar uma ordem quando me conta um acidente em que foi preciso largar tudo e fugir. Tinham morrido todos, se não saíssem logo dali. Mas quando obriga os trabalhadores a usar capacete, fica a ver que

afinal o tiram logo que vira costas. Transparece nele esta preocupação permanente com o dia a dia de uma construção.

E o relato volta ao princípio, em Tavira. Depois de um artigo pedido pelo filho, nasce um livro, uma homenagem ao pai, armador da pesca do atum. O livro é lançado em Tavira, entre amigos. Um dia o livro irá aparecer à venda, na livraria Barata, na avenida de Roma, perto da sua casa. E é o neto que o avisa que lá estão dois ou três exemplares.

Emociona-se sempre que fala desse livro, do seu pai. Como se toda essa viagem pelo Portugal do seu tempo não dispensasse esse começo, essas conversas, esse tempo.

Hoje o neto enfrenta outros desafios, na mesma instituição que formou o avô. Sinto-o andar pela casa enquanto faço as entrevistas. Recebo um exemplar do livro que escreveu, que afinal não foi sobre Moçambique. Agradeço-lhe a generosidade e o tempo que me dispensou. Conversamos um pouco sobre o andamento da minha investigação e os seus amigos *barragistas* com quem já contactei. Vou dizendo que as histórias de vida não se resumem, ouvindo aqui e ali mais um comentário ou reflexão sobre os inúmeros episódios que pontuam esta vida de dedicação às barragens e à EDP.

A sua vivência na administração segue a mesma lógica de interesse pela obra e pelas pessoas, trabalhando na área dos recursos humanos, estabelecendo diálogos e formas de cooperação. Recusa cargos políticos, porque a política não o apaixona. Contraponho que todo o ato social é político e lembro os momentos que me relatou de conflito com instituições e pessoas, sempre que os valores que defendia não eram observados. E ele conta o seu desprezo pelo lucro fácil, pela injustiça e pelo provincianismo.

Guardo o livro sobre a pesca do atum. Sei que se encontra esgotado e que é uma referência para os estudiosos deste tema.

Despeço-me e saio já perto da hora de jantar.

Percorro a avenida João XXI em direção a Alvalade lembrando outros testemunhos de barragens. O conjunto de entrevistas recolhido fará parte de uma investigação sobre a barragem de Picote enquanto representação de uma ideia de progresso que se confrontará com outras representações. Os relatos deste engenheiro estruturam-se com relatos de diversas vivências na construção das barragens do Douro Internacional.

É um fim de tarde de junho e a hora de ponta na cidade ainda não terminou. Em setembro voltaremos a falar.



*(...) O meu engenheiro daquela tarde chama-se Fausto Costa.
(...) Passam duas horas num instante. Os episódios contados
evocam uma riqueza e vivências que me levam a pedir outra
entrevista. Proposta aceite, desta vez em sua casa.
Foto: Lurdes Pequito, 2010*